



Numero 207 – Outubro 2014

NOSSA OPINIÃO



Florestal Sustentável”: a “mudança” que continua destruindo

O ano de 2014 parece bater o “recorde” em declarações internacionais nas quais os signatários se comprometem a reduzir drasticamente e até a zerar o desmatamento. O que chama atenção é que, em todas elas, aparece o apoio de grandes empresas transnacionais, ligadas ao setor de plantações de árvores para produção de celulose, e também ao plantio e ao processamento industrial do dendê (palma africana). Em relação à extração de madeira tropical, em especial, e à devastação resultante, a retórica do “MFS” abriu novas oportunidades de mercado para essa “nova” forma de produção “sustentável”. Com o “MFS”, está se impondo, mais uma vez, desde o Banco Mundial, FAO, empresas transnacionais, uma parcela de ONGs e governos, uma falsa solução para a crise da destruição florestal, afetando comunidades que dependem das florestas e beneficiando um pequeno grupo de empresas e consultores.

O CORTE INDUSTRIAL DE ÁRVORES DE FANTASIA DE VERDE: O MANEJO 'SUSTENTÁVEL' DEVASTA AS FLORESTAS TROPICAIS E SEUS POVOS



Pilhagem das florestas: o discurso de "sustentabilidade" esconde a destruição causada pela exploração madeireira

A extração industrial de madeira – a retirada de árvores em grande escala – de florestas tropicais é uma importante causa de perda florestal. A contínua devastação das florestas da África, da Ásia e das Américas do Sul e Central está diretamente ligada a mercados distantes, principalmente nos países industrializados, exigindo madeira de algumas espécies tropicais que são vendidas por preços altos. Ao contrário do que diz a maioria dos governos e das empresas madeireiras, o corte industrial não se traduz em melhoria duradoura do bem-estar local. O empobrecimento e a desintegração social são consequências normais da exploração industrial da madeira, e a corrupção costuma estar no centro de suas práticas. As mulheres são afetadas em níveis desproporcionais, uma vez que os produtos

florestais que elas tradicionalmente usam e manejam desaparecem com a floresta. O corte industrial de madeira muitas vezes viola os direitos territoriais dos povos indígenas e de outras comunidades tradicionais, que são os verdadeiros donos da floresta. A resistência local potencial, por sua vez, resulta em repressão por parte do Estado para proteger os direitos "legais" das empresas.



Peru: o corte massivo de árvores por empresas destrói florestas e populações

O comércio de madeira na Amazônia é um negócio multimilionário, para uns poucos. O Peru tem quase 60% de seu território coberto por florestas tropicais e é o nono maior país em extensão florestal. Segundo dados oficiais, a taxa anual de desmatamento é de cerca de 110 mil hectares. Grande parte do problema é atribuída à chamada “extração ilegal”, ou seja, a extração de madeira fora das concessões outorgadas com essa finalidade. A extração ilegal movimentava 150 milhões de dólares por ano. É uma das atividades ilegais que mais recorre à lavagem de dinheiro, assim como o tráfico de drogas e a mineração ilegal, segundo a Unidade de Inteligência Financeira do Peru (1). Mas o que acontece quando a extração ilegal é facilitada, na verdade, pelo marco jurídico das concessões florestais?



Indonésia: as florestas são mais do que terra

O desmatamento na Indonésia não é só uma questão de perda de áreas florestais; é muito mais grave. Todo um sistema de vida que evoluiu para uma extraordinária riqueza de biodiversidade está ameaçado de destruição. Para as comunidades tradicionais, preservar a floresta não significa apenas manter seus direitos à terra e ao território, mas, fundamentalmente, proteger sua civilização da qual depende a essência de sua cultura. A cultura das comunidades desenvolve processos de adaptação intergeracional que equilibram a vida e a sustentabilidade dos ciclos naturais.



O mito do REDD+: Manejo Florestal Sustentável

As negociações sobre a mudança climática da ONU incluíram o conceito de "Manejo Florestal Sustentável" (MFS) nos acordos de 2010, em Cancun, no México, segundo um conceito chamado de REDD+: "Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, a conservação, manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono florestal nos países em desenvolvimento". Sob o REDD+, o MFS é promovido como uma forma de redução das emissões. A realidade é que o MFS é o mito que permite que a exploração madeireira destrutiva e, muitas vezes, ilegal, continue impunemente.

Brasil: A luta do povo indígena tupinambá pelo território e pela conservação da mata

Há mais de 500 anos, o povo indígena tupinambá é massacrado e expulso do seu território no Sul do estado da Bahia. Mas, desde 2004, retomou o controle de parte do seu território, onde conserva a exuberante floresta de Mata



Atlântica que chama de morada dos “encantados”. São os “encantados” que guiam as vidas dessas pessoas, suas lutas. Esse é um dos principais motivos dos tupinambás para conservar a mata, que, para eles, é sagrada, morada dos deuses e provedora da vida. Neste artigo, além de explicar como conservam a floresta, eles fazem uma crítica contundente à proposta do “manejo florestal sustentável” que promove a extração “seletiva” de madeira.

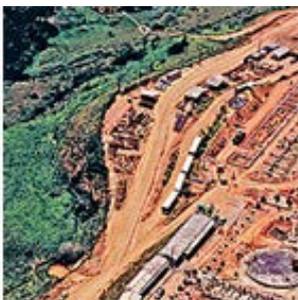
POVOS EM AÇÃO



Índia: Lutas contra siderúrgica da POSCO em Odisha devem continuar até que a empresa saia



Malásia: Banco Asiático de Desenvolvimento instado a arquivar empréstimo para linhas de transmissão em Sarawak



Anglo-American no Brasil: mais um caso de audiências públicas que legitimam projetos corporativos destrutivos



Equador: Declaração do encontro de mulheres diante do extrativismo e da mudança climática



Índia: apelo ao governo da Índia e às agências da ONU que trabalham com desenvolvimento, direitos e biodiversidade em comunidades florestais, para proteger os direitos indígenas

RECOMENDADOS



Um pequeno passo, da exploração industrial de madeira ao “crime perfeito”, explica Patrick Alley, da ONG Global Witness



Dois anos de pesquisas sobre as relações comerciais da ONG WWF em todos os cantos do mundo revelam a verdadeira face do panda



Peru: “A máquina de lavar: como a fraude e a corrupção no sistema de concessões estão destruindo o futuro das florestas do Peru”



Camarões: A maldição do óleo de dendê: poluição, desapropriações e concentração de terras

Indonésia: Wilmar continua a se envolver com fornecedores que desmatam o



habitat do orangotango, florestas sobre turfeiras profundas e florestas com elevado teor de carbono



“Uma oportunidade de mudança para as florestas congolosas”, vídeo produzido pela ONG FERN

NOSSA OPINIÃO

“Manejo Florestal Sustentável”: a “mudança” que continua destruindo



O ano de 2014 parece bater o “recorde” em declarações internacionais nas quais os signatários se comprometem a reduzir drasticamente e até a zerar o desmatamento. O que chama atenção é que, em todas elas, aparece o apoio de grandes empresas transnacionais, ligadas ao setor de plantações de árvores para produção de celulose, e também ao plantio e ao processamento industrial do dendê (palma africana), além de instituições ligadas ao capital financeiro. Além disso, sempre há a participação de ONGs.

O WWF tem sido uma das ONGs mais ativas nesse sentido. Há cerca de 20 anos, liderou uma das primeiras iniciativas para “salvar as florestas tropicais” tratando da extração de madeira, que é uma das principais causas de desmatamento. A iniciativa se chama Rede Global de Florestas e Comércio, uma parceria com empresas

madeireiras, “para promover o comércio global de produtos de madeira ‘legais e sustentáveis’, ajudando empresas a produzir e comercializar produtos de madeira, ‘certificados com credibilidade’”. (1) Como caminho a seguir, a Rede defende a certificação florestal pelo Conselho de Manejo Florestal (FSC, na sigla em inglês), ou seja, o “Manejo Florestal Sustentável” (MFS). O WWF resume isso como “usar o setor privado para forjar a mudança”. (2) O tema do “MFS” terá um destaque especial neste boletim.

Contudo, quando grandes empresas capitalistas se comprometem a alguma “mudança” que não faz parte da sua missão empresarial, elas só costumam fazer isso quando avaliam que não atrapalha seu principal objetivo, que é aumentar e expandir os negócios para gerar maiores lucros para seus acionistas e investidores. De fato, nenhuma das declarações e iniciativas voluntárias sobre desmatamento que as empresas responsáveis assinam propõe que seus negócios, que são uma causa direta de desmatamento, sejam reduzidos ou limitados. Eis a primeira grande contradição dessas declarações e iniciativas. O artigo sobre a Indonésia neste boletim mostra como as formulações nas declarações e políticas de conservação das florestas feitas pelas empresas estão distantes da prática, que mostra a continuidade da destruição florestal como resultado dos planos de expansão.

Outra característica das empresas capitalistas é sua busca constante por novas oportunidades de negócio, com uma capacidade tremenda de transformar crises em oportunidades. Em relação à extração de madeira tropical, em especial, e à devastação resultante, a retórica do “MFS” – estimulado e abraçado por agentes do capital, como instituições financeiras, a ONU através da FAO e governos – abriu novas oportunidades de mercado para essa “nova” forma de produção “sustentável”. Muitos bilhões de dólares foram disponibilizados para o “MFS”, sobretudo pelo Banco Mundial.

Segundo a Organização Internacional de Madeira Tropical (ITTO), em 2011 já foram 131 milhões de hectares de florestas tropicais com algum “plano de manejo”, e 53 milhões de hectares onde se pratica o “MFS” (3), um número significativo considerando uma área total de florestas tropicais no mundo de aproximadamente 600 milhões de hectares (4). Mas será que todos esses planos são mesmo capazes de conservar as florestas tropicais? Um primeiro argumento para colocar isso em cheque é o simples fato de que a exportação da madeira tropical movimentada, nos países do Sul, de acordo com a ITTO, quase US\$20 bilhões por ano (5) – um valor nada desprezível. As empresas certamente preferem se adequar aos novos tempos da extração com “planos”, extraído de forma “legal” e/ou “sustentável” do que abrir mão de um negócio que envolve tanto dinheiro como este, e onde a matéria-prima, além de estar pronta para ser cortada e levada embora, ainda é bastante abundante, pelo menos por enquanto.

Argumentos muito utilizados pelos defensores do “MFS” são os de que ele geraria renda, combateria pobreza e conservaria a floresta, tudo ao mesmo tempo. Para averiguar isso, realizamos recentemente um estudo de caso no lugar onde ocorreu o primeiro projeto de “Manejo Florestal Sustentável” do mundo: o estado do Acre, no Brasil. Esse primeiro projeto foi promovido pela ITTO desde 1989. Hoje, o governo do Acre continua incentivando o modelo de “MFS” e a certificação FSC, agora também com o manejo “comunitário”.

Algumas conclusões da nossa visita foram (6):

- Trata-se de uma atividade subsidiada pelo Estado através de empréstimos bancários em níveis nacional, como do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e internacional, como do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em benefício principalmente de empresas madeireiras;
- o “MFS comunitário”, no qual a extração da madeira é administrada pelas comunidades, é uma proposta de fora para dentro, com engenheiros florestais tomando conta do manejo dos territórios das comunidades, impondo o que a comunidade pode e não pode fazer dentro do seu próprio território;
- a proposta do “MFS comunitário” não melhora a renda da comunidade, até então baseada em produtos florestais não madeireiros; enquanto um comunitário recebe cerca de US\$25 por metro cúbico de madeira

extraída, a empresa que vende para o exterior consegue ganhar cerca de 100 vezes mais no porto de exportação;

- a proposta do “MFS” gera relativamente poucos empregos. Pela complexidade do negócio, o manejo é cada vez mais controlado por empresas que trazem pessoas de fora;

- a proposta do “MFS” não garante a conservação da floresta; a regeneração sugerida por seus promotores é questionada pelas observações empíricas das comunidades e por cientistas que realizaram pesquisas com a comunidade;

- o incentivo à exploração de madeira representa uma mudança no modo de vida das comunidades e sua relação com a floresta, que antes não costumava se basear na madeira que era extraída só para uso doméstico/local.

Uma oportunidade adicional para as empresas madeireiras que praticam o “MFS” é vender o carbono armazenado na chamada “floresta em pé” através do mecanismo da Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+). O REDD+ foi criado em 2010, incluindo, entre outras, essa modalidade de “MFS”. No Acre, nas áreas do “MFS”, chegamos a encontrar empresas de consultoria pesquisando a quantidade de carbono na floresta. Há até madeireiras que afirmam que uma floresta de onde se tirasse madeira de forma “sustentável” teria mais capacidade para armazenar carbono do que uma floresta sem extração de madeira.

A oportunidade do carbono está principalmente no fato de que os que idealizam o REDD+ esperam que ela funcione futuramente através de mercados de carbono, ou seja, que a oferta de créditos de carbono da floresta seja capaz de atrair investidores dos mercados do capital financeiro. Aprofundaria ainda mais a dominação dos mercados financeiros sobre a economia de produção, envolvendo fundos de investimento diversos que hoje já investem nas terras que uma empresa controla, na produção extraída em cima dessas terras e nas vendas futuras da produção. O capital financeiro, através de seus diferentes “papéis” – “ativos” – movimenta hoje pelo menos 5 vezes mais dinheiro do que o capital produtivo. O capital financeiro negociar também carbono e outros “serviços ecossistêmicos” significa mais especulação e oportunidades de lucro para esse capital, sobretudo na medida em que as florestas fiquem cada vez mais escassas. Essa é exatamente a tendência, porque tudo indica que as empresas petroleiras, mineradoras, madeireiras, etc. continuarão avançando sobre as florestas tropicais.

Conservar as florestas tropicais depende essencialmente de reduzir as pressões sobre as florestas. Para isso, só um tipo mudança pode ajudar: mudar o sistema atual de produção, algo que, como constatamos, não é abordado na grande quantidade de declarações e compromissos com a redução do desmatamento. Se um acordo sobre REDD+ for concretizado em nível da ONU, o resultado será a criação de cada vez mais áreas onde as comunidades perderão seu controle territorial, em benefício de negócios de carbono e de empresas madeireiras, nas chamadas áreas de “floresta em pé”.

Vale ressaltar que muitas vezes ouvimos a afirmação de que o “MFS” seria uma demanda dos consumidores, que eles querem a conservação das florestas tropicais. No entanto, a história mostra que a demanda na “sociedade de consumo” é algo incentivado, em especial, pelas empresas interessadas em garantir suas vendas e aumentar lucros. Ainda mais se tratando de produtos de madeiras tropicais que, além de não serem essenciais para a sociedade, têm um alto valor comercial e são vendidos por preços altos quando transformados em produtos de luxo para uma pequena elite de consumidores em países da Europa, da América do Norte e da Ásia.

Com o “MFS”, está se impondo, mais uma vez, desde o Banco Mundial, FAO, empresas transnacionais, uma parcela de ONGs e governos, uma falsa solução para a crise da destruição florestal, afetando comunidades que dependem das florestas e beneficiando um pequeno grupo de empresas e consultores. Ainda será longa e difícil a luta de comunidades – como a luta dos indígenas tupinambá destacada neste boletim – que defendam

seu território para poder manejar suas florestas de forma coletiva e autônoma. Há muito tempo que essas comunidades cuidam das florestas com muita sabedoria e conhecimento, e respeito pelo que é uma floresta de fato, algo que não aparece nos “planos de manejo florestal sustentável”, até porque eles visam a geração de lucros em primeiro lugar.

Fontes:

- (1) http://www.globalwitness.org/sites/default/files/pdfs/Pandering_to_the_loggers.pdf
- (2) <http://gfn.panda.org/>
- (3) <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/brasil-vozes-de-comunidades-no-acre-alertam-sobre-as-violacoes-envolvidas-no-manejo-florestal-sustentavel-comunitario/>
- (4) <http://rainforests.mongabay.com/0101.htm>
- (5) <http://www.itto.int>
- (6) <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/brasil-vozes-de-comunidades-no-acre-alertam-sobre-as-violacoes-envolvidas-no-manejo-florestal-sustentavel-comunitario/>

O CORTE INDUSTRIAL DE ÁRVORES DE FANTASIA DE VERDE: O MANEJO 'SUSTENTÁVEL' DEVASTA AS FLORESTAS TROPICAIS E SEUS POVOS

Pilhagem das florestas: o discurso de "sustentabilidade" esconde a destruição causada pela exploração madeireira



A extração industrial de madeira – a retirada de árvores em grande escala – de florestas tropicais é uma importante causa de perda florestal. A contínua devastação das florestas da África, da Ásia e das Américas do Sul e Central está diretamente ligada a mercados distantes, principalmente nos países industrializados, exigindo madeira de algumas espécies tropicais que são vendidas por preços altos (1). Ao contrário do que diz a maioria dos governos e das empresas madeireiras, o corte industrial não se traduz em melhoria duradoura do bem-estar local. O empobrecimento e a desintegração social são consequências normais da exploração industrial da madeira, e a corrupção costuma estar no centro de suas práticas. As mulheres são afetadas em níveis desproporcionais, uma vez que os produtos florestais que elas tradicionalmente usam e manejam desaparecem com a floresta. O corte industrial de madeira muitas vezes viola os direitos territoriais dos povos indígenas e de outras comunidades tradicionais, que são os verdadeiros donos da floresta. A resistência local

potencial, por sua vez, resulta em repressão por parte do Estado para proteger os direitos "legais" das empresas (ver os Boletins [53](#) e [98](#) do WRM).

Depois de ser alvo de fortes campanhas de ONGs, algumas empresas madeireiras começaram a mostrar vontade de melhorar sua atuação, ou melhor, sua imagem pública. Entre outras iniciativas, foram estabelecidos os processos da Aplicação das Leis e Governança Florestal (FLEG, em inglês). O raciocínio era que, desde que a legislação florestal seja cumprida (por exemplo, respeitando os cortes anuais permitidos, os limites de concessão e outros requisitos legais) e os governos cumpram seu papel de forma adequada, o resultado será positivo para as florestas, e o setor florestal será considerado como tendo "boa governança". Apesar de poder trazer mudanças jurídicas que reconheçam os direitos dos povos da floresta, o processo também permite que o comércio de madeira em escala industrial continue e amplie o seu negócio – sob a bandeira da legalidade e com uma imagem limpa.

As indústrias madeireiras contam com o Estado para fazer empréstimos em "bancos de desenvolvimento", como o Banco Mundial, ter acesso a áreas remotas, conceder subsídios, controlar e/ou reprimir a possível resistência local, etc. Também são os governos que dão concessões para o corte de madeira a empresas, permitindo que elas aleguem estar operando "dentro da lei". Mas, muitas vezes, as concessões madeireiras industriais causam mais danos do que as atividades madeireiras "ilegais". Até que ponto são legítimas as concessões a empresas madeireiras na África, onde milhões de hectares de florestas estão sendo explorados, prejudicando muitas vezes os territórios das comunidades e seu direito a ter seu próprio manejo? Em florestas tropicais, a maioria das espécies de árvores é escassa por hectare e, geralmente, algumas delas são usadas pelo comércio de madeira, de modo que a atividade madeireira industrial em florestas tropicais é quase sempre "seletiva". Embora o termo possa parecer menos prejudicial do que o "corte raso", na verdade, a área de floresta afetada é maior. Legal ou ilegal, a realidade é que o corte em escala industrial não só afeta milhares de hectares de florestas e as comunidades que dependem dessas florestas, mas também altera o ciclo da água, degrada o solo, eleva a temperatura da superfície e libera dióxido de carbono das árvores na atmosfera. Acima de tudo, abre áreas anteriormente não fragmentadas de floresta a uma maior exploração industrial.

O corte seletivo afeta 28% das florestas tropicais em todo o mundo. De acordo com um relatório do Greenpeace (2), entre 2,9 e 4,1 milhões de hectares de floresta primária em Papua-Nova Guiné já tinham sido cortados seletivamente em 2002, e cerca de metade de sua área florestal total (16,3 milhões de hectares) está sob concessões e, portanto, ameaçada pela exploração madeireira. Na Indonésia, 42 milhões de hectares de florestas estão em concessões madeireiras, enquanto em toda a África Central, as concessões cobrem quase 40 milhões de hectares. O sensoriamento remoto descobriu que o corte seletivo na Amazônia dobrou a área de floresta degradada por atividades humanas. Estradas e infraestruturas relacionadas, construídas para proporcionar acesso e extrair madeira e outros "recursos", aumentam as taxas de desmatamento e degradação florestal.

As florestas remanescentes também são alteradas. Com o corte de várias árvores vitais da floresta, que fornecem sementes e culturas, a extração de "baixo impacto" deixa 20% a 50% da cobertura aberta, quando, como aponta um estudo da Bioscience (3), em florestas tropicais, "mesmo pequenas aberturas na cobertura (5-10%) podem ter impactos significativos sobre o teor de umidade da floresta e aumentar o risco de incêndio". O mesmo estudo descobriu que apenas três rodadas de exploração madeireira em florestas tropicais resultaram na quase extinção de espécies arbóreas cortadas em todas as grandes áreas de floresta tropical – Américas do Sul e Central, África Central e Sudeste da Ásia.

A maioria das empresas madeireiras simplesmente entra em uma floresta, corta espécies de árvores de alto valor, e deixa a concessão a criadores de gado, agroindústria ou empresas de plantações de monoculturas de árvores (como papel e celulose, borracha ou óleo de dendê). O mesmo estudo revelou que as empresas

madeiras geralmente se mudam de uma área de floresta tropical para outra, procurando sempre aumentar os lucros. Na Indonésia, por exemplo, depois de cortar a maioria das florestas em Kalimantan, as madeiras se mudaram para lugares como Sumatra. Agora que as florestas de Sumatra já foram saqueadas – e muitas áreas anteriormente sob concessão madeira transformaram-se em plantações de monoculturas de árvores – as madeiras industriais se mudam para Papua-Nova Guiné e Ilhas Salomão. As florestas tropicais estão desaparecendo em todo o mundo.

A falsa promessa de "Manejo Florestal Sustentável"

Durante a Cúpula da Terra no Brasil, em 1992, os governos dos países industrializados, apoiados pelas corporações, apresentaram o conceito de "Manejo Florestal Sustentável" (MFS), no âmbito do "desenvolvimento sustentável". O MFS foi identificado como uma estratégia fundamental para alcançar "benefícios econômicos e sociais positivos, sem comprometer o funcionamento do ecossistema da floresta tropical". As parcerias internacionais entre governos, ONGs conservacionistas, bancos multilaterais e empresas madeiras visam promover a implementação do MFS. Na prática, ele se transformou em outra suposta "solução" de cima para baixo para o desmatamento, o que permitiu que uma atividade inerentemente destrutiva fosse apresentada como positiva e "sustentável" – desta vez, com a promessa adicional de "desenvolvimento".

Madeiras industriais afirmam que criam empregos e infraestruturas essenciais, como escolas, hospitais e estradas para comunidades vulneráveis, através da prática do MFS. Esse discurso cria a impressão de uma indústria madeira que respeita os direitos das comunidades afetadas, e que as gerações futuras serão capazes de sustentar sua vida com a área que está sendo cortada. No entanto, a realidade é que o véu do MFS esconde uma atividade bastante devastadora, que nenhuma campanha de relações públicas pode tornar sustentável e que certamente não proporciona benefícios duradouros para as populações locais. Na verdade, na maioria das vezes, as comunidades perdem mais do que ganham, a partir do momento em que as empresas madeiras entram seus territórios.

As chamadas parcerias público-privadas entre governos, empresas e ONGs conservacionistas também desenvolveram instrumentos de mercado com base em madeira certificada e outros produtos florestais, como a certificação do Conselho de Manejo Florestal (FSC). O FSC pretende abastecer o mercado mundial com madeira certificada, tanto quanto possível. A única maneira de se avançar nessa direção, no entanto, é certificar o maior número possível de operações em grande escala. Além disso, a certificação FSC depende da boa vontade dos consumidores para ajudar a trazer mudanças no manejo florestal, e não da redução real do consumo (ver o [site do WRM para uma seleção](#) de principais críticas e problemas dos sistemas de certificação).

Pesquisas feitas nas florestas da República do Congo, pela Universidade de Michigan, EUA,(4) mostraram que, embora as concessões gerenciadas por empresas europeias tenham tido as maiores taxas de adesão ao "Manejo Florestal Sustentável", elas também apresentaram as mais altas taxas de desmatamento. As concessionárias europeias também foram as que mais tenderam a implementar o Plano de Manejo Florestal aprovado pelo governo (conforme exigido pela lei florestal do Congo), e as únicas concessões a obter a certificação FSC. No entanto, foram observadas altas taxas de fragmentação florestal nessas concessões associadas à construção de estradas para corte altamente seletivo. Os mercados europeus exigem madeira apenas de algumas espécies de árvores-alvo, e são necessárias densas redes viárias para encontrar essas espécies em número suficiente para gerar os lucros empresariais desejados. Os mercados asiáticos e congolezes, por outro lado, aceitam uma maior variedade de espécies de "menor valor". Como resultado, a rede de estradas em concessões operadas por empresas asiáticas e congolezas é menos densa, e a fragmentação da floresta permanece mais baixa. A pesquisa feita na República do Congo demonstrou uma

ligação direta entre a adesão ao MFS e o aumento do desmatamento.

A mesma pesquisa alerta que mais de 400 milhões de hectares de florestas tropicais estão sob concessão para a produção de madeira, e uma proporção cada vez maior da exploração madeireira é rotulada de MFS. Os investigadores concluem que "o desmatamento florestal e a fragmentação de florestas intactas no Congo são impulsionados pela exploração madeireira industrial possibilitada, em grande parte, pelo investimento de capitais internacionais". E acrescenta: "Se, de fato, a política de MFS e os mercados de madeira certificada estão associados a maior alteração da cobertura florestal [degradação e desmatamento], isso sugere que a crescente demanda global por madeira legal e certificada pode ter consequências [negativas] inesperadas para ecossistemas florestais tropical intactos".

A demanda permanente por madeiras tropicais tem alimentado a expansão das corporações transnacionais envolvidas em todas as fases do processo de produção, desde a extração da matéria-prima, passando pela produção, até a comercialização e a distribuição. Os atores envolvidos na extração industrial de madeira das florestas tropicais podem variar de país para país, mas os principais costumam ser as grandes empresas transnacionais. Independentemente do país em que operam, no entanto, o que alimenta a destruição é a permanente demanda por mais madeira, principalmente para o consumo nos países industrializados. Os EUA, por exemplo, são o segundo maior importador de madeira tropical, gastando mais de 5,4 bilhões de dólares por ano em 21 milhões de metros cúbicos de madeira industrial em tora, madeira serrada, folheado e compensado dos trópicos (5). Além disso, os principais atores por trás dos sistemas de certificação que rotulam a madeira de "sustentável" são empresas, com interesses escusos em continuar suas atividades lucrativas de sempre (6).

Comunidades que dependem da floresta são as mais afetadas

O corte industrial de madeira cobra um alto preço das comunidades que vivem e dependem das florestas. O dano é causado, em primeiro lugar, pelo fato de que o corte é destrutivo, de que seus autores são pessoas de fora que pilham e vão embora, e que o corte está muitas vezes ligado a abusos de direitos humanos. Se a devastação será considerada legal ou ilegal é secundário para aqueles que tiveram sua subsistência e seu modo de vida destruídos, assim como a corrupção e o suborno generalizados de empresas e governo que caracteriza o setor madeireiro industrial. Pouco ou nenhum reconhecimento dos títulos de terra para os territórios dos povos das florestas e áreas cada vez maiores de acesso a essas florestas através de estradas e projetos extrativistas, como a mineração ou exploração de petróleo, facilitam a entrada das empresas madeireiras industriais nos territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais. Isso não só degrada e destrói as florestas de que as comunidades precisam para sobreviver, como também traz violência, ameaças e perseguição àqueles que defendem os territórios florestais contra essa indústria corrupta e gananciosa.

(1) Blaser, J. et al, 2011, ITTO, Estado de la ordenación de los bosques tropicales 2011, <http://es.slideshare.net/Leyre7/estado-de-la-ordenacin-de-los-bosques-tropicales-2011>

(2) Greenpeace, Why logging will not save the climate: the fallacy of GHG emissions reductions from so-called 'Sustainable Forest Management' or Reduced Impact Logging of natural forests, <http://www.greenpeace.org/international/en/publications/reports/why-logging-will-not-save-the/>

(3) Experts: sustainable logging in the rainforest impossible, <http://news.mongabay.com/2012/0718-hance-sustainable-logging.html>

(4) Brandt, J., Nolte, C., Steinberg, J. e Agrawal, A. (2014), Forest capital, forest change and regulatory compliance in Congo Basin forests, <http://iopscience.iop.org/1748-9326/9/4/044007/article>

(5) Logging: timber certification, trade restrictions, Mongabay, 2012,

<http://rainforests.mongabay.com/1010.htm>

(6) Veja, por exemplo, o papel da American Forest & Paper Association (AF&PA) na certificação da “Sustainable Forestry Initiative”: <http://www.forestethics.org/sustainable-forestry-initiative-issue>

Peru: o corte massivo de árvores por empresas destrói florestas e populações



O comércio de madeira na Amazônia é um negócio multimilionário, para uns poucos. O Peru tem quase 60% de seu território coberto por florestas tropicais e é o nono maior país em extensão florestal. Segundo dados oficiais, a taxa anual de desmatamento é de cerca de 110 mil hectares. Grande parte do problema é atribuída à chamada “extração ilegal”, ou seja, a extração de madeira fora das concessões outorgadas com essa finalidade. A extração ilegal movimentava 150 milhões de dólares por ano. É uma das atividades ilegais que mais recorre à lavagem de dinheiro, assim como o tráfico de drogas e a mineração ilegal, segundo a Unidade de Inteligência Financeira do Peru (1). Mas o que acontece quando a extração ilegal é facilitada, na verdade, pelo marco jurídico das concessões florestais?

A extração de madeira em grande escala, por si só, acarreta uma vasta destruição ambiental e a fragmentação social em florestas tropicais de todo o mundo (ver artigo “Pilhagem das florestas” deste boletim). A exploração industrial de madeira, seja legal ou ilegal, degrada extensas áreas de floresta e, por sua vez, usa violência e ameaças sobre as populações que delas dependem. Essa madeira, em sua maioria extraída de forma “seletiva”, é a que acaba nos principais mercados do mundo, como Estados Unidos, Europa e China. No entanto, há questões fundamentais a ser destacadas com relação ao corte ilegal. Ele também envolve a quase extinção de espécies altamente vulneráveis e cujo corte é proibido, como o cedro e o mogno, em territórios indígenas e áreas protegidas, bem como a exploração, o trabalho forçado e a subjugação das populações indígenas com total impunidade. Os territórios indígenas, em sua grande maioria, são o berço de espécies de madeira de alto valor comercial, e por isso se tornam alvo da indústria madeireira.

Um dos pilares da política florestal no Peru desde 2000 tem sido a Lei Florestal e da Fauna Silvestre 27.308, cujo principal objetivo, especificado em seu artigo 1º, foi o de estabelecer um marco para o “uso sustentável e a conservação dos recursos florestais”. Essa lei estabeleceu o atual sistema de concessões para exploração

florestal, e foi posteriormente reforçada com a assinatura do Acordo de Livre Comércio entre o Peru e os Estados Unidos, que entrou em vigor em 2009. O tratado inclui um anexo que tem entre seus objetivos promover a madeira proveniente de “Manejo Florestal Sustentável”(2). Em julho de 2011, foi aprovada uma nova Lei de Florestas e Vida Selvagem, mas ela ainda não foi adotada devido ao atraso na regulamentação para sua implementação. A nova lei, no entanto, mantém o mesmo sistema de concessões para extração de madeira, e as primeiras versões da regulamentação anunciam a promoção do investimento florestal, com regras claras para o “manejo sustentável”(3).

Os grandes conglomerados madeireiros no Peru, voltados à exportação, dependem, entre 35% e 45%, de fontes de extração não autorizadas, segundo pesquisa realizada em 2012 pela Agência de Investigação Ambiental (EIA, em sua sigla em Inglês) (4). O estudo acompanhou a expedição, a partir do Peru, de 112 embarques ilegais de cedro e mogno, importados por empresas dos Estados Unidos. Setenta desses 112 embarques vieram da filial peruana da Maderera Bozovich. De acordo com registros do Instituto Nacional de Recursos Naturais, em 2006, a empresa controlava 34% das exportações de cedro, com Estados Unidos, México e Puerto Rico sendo os países de destino, nessa ordem. Dados mais atuais contidos no relatório da EIA apresentam um quadro comparativo das empresas que exportaram madeira violando a legislação, de 2008 a 2010. Mais uma vez, a Bozovich se destaca. Além disso, em 2005, foram encontradas três guias florestais clonadas para 492 m³ de mogno serrado, cujo destinatário era a mesma madeireira (5).

Está cada vez mais claro que, além de reformas nas leis, normas e tratados, as atividades de extração de madeira na Amazônia – com ou sem planos de manejo e com ou sem documentação legal – estão longe de ser “sustentáveis” para com suas florestas e seus povos. Um estudo publicado na revista Scientific Reports (6), ao analisar informações oficiais do governo, mostra que 68,3% de todas as concessões fiscalizadas pelas autoridades eram suspeitas de cometer graves violações à lei. A natureza dessas violações indica que as licenças associadas a concessões legais estão sendo usadas para cortar árvores em áreas não autorizadas, ameaçando mais extensões de florestas tropicais, inclusive territórios indígenas e áreas protegidas. Além disso, muitas das violações também correspondem à extração ilegal de espécies vulneráveis, como cedro e mogno.

O problema, no entanto, não é quem corta. No Peru, o caso mais grave de trabalho forçado se dá com os povos indígenas da Amazônia no corte ilegal de madeira. Um número significativo de madeireiros ainda usa o sistema de “habilitação condicionada”, que é baseado na antecipação de dinheiro ou bens aos trabalhadores madeireiros com o objetivo de incorporá-los ao trabalho de extração. Infelizmente, o padrão de recrutamento de trabalhadores mencionado acima leva a um sistema de servidão por dívidas. Um relatório da Organização Internacional do Trabalho com uma série de entrevistas feitas com lideranças indígenas, religiosos, trabalhadores, funcionários de instituições estatais e membros de várias ONGs locais, afirma que esse sistema é “uma das piores formas de exploração e perda de liberdade... Além disso, geralmente vem associado a não pagamento, remuneração em espécie, prostituição das mulheres nos acampamentos madeireiros e condições de trabalho verdadeiramente desumanas” (7). A dívida pendente pode ser usada para “[...] manter os nativos na servidão por dívidas por décadas ou gerações” (8).

Para piorar a situação, o presidente Ollanta Humala lançou, em julho de 2014, o chamado “paquetão ambiental”, um conjunto de medidas no âmbito da Lei 30.230. Esse “paquetão” afeta diretamente os territórios indígenas. Entre outras coisas, permite que, por meio de procedimentos “especiais”, o Estado possa entregar terras a projetos de investimento, no local e na quantidade que estes demandem, e ignorando os direitos de propriedade de seus legítimos proprietários (9). Ou seja, é feita uma série de propostas a projetos de grande envergadura, incluindo monocultivos agroindustriais e florestais, mineração, hidrocarbonetos, entre outros.

Os territórios indígenas na mira dos madeireiros

A extração “seletiva” de espécies de madeira de alto valor comercial é feita principalmente dentro de territórios indígenas (geralmente nos das comunidades mais tradicionais) ou de áreas onde habitam povos indígenas em isolamento voluntário ou contato muito recente. Essa invasão causou impactos negativos não só ao degradar as florestas das quais essas populações dependem, mas também ao acarretar violência e subjugação. O pagamento a madeireiros na Amazônia por pie tablar (medida equivalente a 0,0023597 metros cúbicos.) é cerca de 2.660 vezes mais baixo do que o valor pago pela madeira trabalhada nos Estados Unidos (10). Assim, algumas lojas famosas nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e na China podem vender pisos de madeira “fina”. Na Amazônia peruana, as comunidades indígenas enfrentam violência e ameaças para defender seu território de madeireiros e das máfias empresariais e dos governos por trás deles.

A comunidade de Alto Tamaya-Saweto, localizada na selva baixa de Ucayali, obteve reconhecimento oficial do Estado peruano sobre a propriedade de suas terras em 2003, mas ainda não conseguiu obter os títulos correspondentes. Por outro lado, o Estado deu duas concessões florestais que se sobrepõem ao território da comunidade e categorizou todo o território comunal como florestas de produção permanente, ou seja, como florestas destinadas à produção de madeira (11). Em setembro de 2014, quatro líderes indígenas Asháninkas foram mortos pelas máfias da madeira. Isso aconteceu apesar de, em várias ocasiões, os líderes terem se queixado às autoridades das ameaças que estavam recebendo por proteger seu território. Um deles, Edwin Chota, era um ativista conhecido internacionalmente por sua atividade contra o desmatamento em terras indígenas. David Salisbury, professor da Universidade de Richmond, EUA, conhecia Edwin havia mais de dez anos e vinha assessorando sua comunidade na luta pelos títulos. Em uma entrevista à BBC, Salisbury garantiu que “ainda existe ali uma comunidade cercada por madeireiros, e há pessoas com medo, que estão prisioneiras em sua comunidade porque os madeireiros estão falando no rádio, e eles dizem que querem acabar com a comunidade fronteira de uma vez por todas” (12).

Em 23 de outubro de 2014, a comunidade indígena Shipibo de Korin Bari, localizada perto de Saweto, entrou com uma ação contra o governo peruano por permitir que a vida daqueles que resistem à invasão de suas terras seja ameaçada devido à não titulação dos territórios indígenas. Em 2011, as casas da comunidade foram destruídas pelos operadores madeireiros que construíam uma estrada ilegal através do território para acessar espécies que proporcionam madeira de alto valor comercial. Os casos de Saweto e Korin Bari não são isolados. Pelo menos 594 comunidades da Amazônia peruana estão sem títulos, o que significa cerca de 20 milhões de hectares de floresta (13).

Outra modalidade usada pelos madeireiros para intervir em territórios indígenas é assumir o processo de titulação de uma comunidade em troca da riqueza de suas florestas. Ao ajudar com os procedimentos de titulação, os madeireiros se apoderam das licenças de aproveitamento florestal outorgadas às comunidades em áreas onde não há concessões. Um artigo de jornal local denunciou, em maio de 2014, o caso da comunidade de Nueva Esperanza, localizada na chamada “Tríplice Fronteira” (Peru, Brasil e Colômbia). Depois de inúmeras intervenções extrativas, Nueva Esperanza começou o processo para sua titulação em 2009, solicitando uma área de 204.493 hectares. A gestão estava a cargo de um empresário madeireiro vizinho da comunidade. Neste ponto estratégico da “Tríplice Fronteira”, há oito serrarias com maquinário de última geração, que compram madeira para exportar. Após a titulação, foi aprovado quase que imediatamente o Plano de Manejo Geral Florestal e o Plano Operacional Anual de Nueva Esperanza, ou melhor, do empresário madeireiro, que autoriza remover 2.345 árvores de 22 espécies florestais diferentes. Destes, 178 são árvores de cedro. Quanta madeira está realmente saindo dessa área? Não se sabe. O que se sabe é que os indígenas estão endividados até o pescoço, porque têm que pagar pela titulação de sua comunidade e por produtos, como motores, motosserras ou baterias, que o madeireiro lhes vende a preços muito elevados, a ser pagos com madeira (14).

Além dos debates sobre se a madeira extraída é legal ou ilegal, o fato é que o sistema econômico global

incentiva indústrias madeireiras a intervir em qualquer território que conte com as espécies que proporcionem madeira rentável a seus bolsos. Como é um negócio multimilionário, fortes poderes privados e públicos buscam obter lucros. Isso implica que, por vias legais ou não, e sob planos de manejo “sustentáveis” ou não, as florestas da Amazônia – incluindo os territórios indígenas, as reservas destinadas aos povos indígenas em isolamento voluntário e as áreas naturais protegidas – estão sendo mais violentadas. São as grandes corporações que administram uma rede de extração que busca atender à sua acumulação de capital para vender – sob selos verdes e “sustentáveis” – a destruição e a devastação das florestas nos mercados internacionais.

- (1) Urrunaga, JM (2014) Madera negra, EDU, <https://www.scribd.com/doc/241356800/PuntoEdu-Ano-10-numero-323-2014>
 - (2) Capítulo 18, Environment, http://www.ustr.gov/sites/default/files/uploads/agreements/fta/peru/asset_upload_file953_9541.pdf
 - (3) Andina – Agencia Peruana de Noticias, <http://www.andina.com.pe/agencia/noticia-peru-ha-perdido-mas-7-millones-hectareas-bosques-deforestacion-525532.aspx>
 - (4) La máquina lavadora: cómo el fraude y la corrupción en el sistema de concesiones están destruyendo el futuro de los bosques de Perú
 - (5) El alto costo del comercio ilegal de madera y la parálisis del estado, Servindi, http://servindi.org/actualidad/115391?utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed%3A+Servindi+%28Servicio+de+Informaci%C3%B3n+Indigena%29
 - (6) Finer, M., et. al. (2014), Logging Concessions Enable Illegal Logging Crisis in the Peruvian Amazon
 - (7) Bedoya, E., et al. (2005) El trabajo forzoso en la extracción de la madera en la Amazonía Peruana, Oficina Internacional del Trabajo, http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---declaration/documents/publication/wcms_082056.pdf
 - (8) Bedoya, G., et.al., El peonaje por deudas en la tala ilegal de madera en la Amazonia peruana, Debate Agrario N. 42, <http://www.cepes.org.pe/debate/debate42/01-bedoya.pdf>
 - (9) <http://muqui.org/noticias/6113-en-peru-se-esta-haciendo-una-reforma-agraria-al-reves-denuncian-ong>
 - (10) Romero, E (2014) Industria maderera y redes de poder regional en Loreto, http://www.revistargumentos.org.pe/industria_maderera_loreto.html
 - (11) Territorio: titulación, muerte y persecución en Perú, Biodiversidad en América Latina y el Caribe, http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Documentos/Territorio_titulacion_muerte_y_persecucion_en_Peru
 - (12) BBC Mundo, Como operan las mafias del multimillonario negocio de la madera ilegal del Perú, http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2014/09/140916_peru_tala_ilegal_am
 - (13) Shipibo community sues Peruvian government for failure to title traditional lands, FPP, <http://servindi.org/actualidad/116524>
 - (14) Diario Uno, El Dorado de las Maderas, Mayo 2014, <http://laprimera.peru.pe/columna/el-dorado-de-las-madereras/>
-

Indonésia: as florestas são mais do que terra



O desmatamento na Indonésia não é só uma questão de perda de áreas florestais; é muito mais grave. Todo um sistema de vida que evoluiu para uma extraordinária riqueza de biodiversidade está ameaçado de destruição.

Para as comunidades tradicionais, preservar a floresta não significa apenas manter seus direitos à terra e ao território, mas, fundamentalmente, proteger sua civilização da qual depende a essência de sua cultura. A cultura das comunidades desenvolve processos de adaptação intergeracional que equilibram a vida e a sustentabilidade dos ciclos naturais.

Quando o Ministério das Florestas fez um inventário das terras indonésias como áreas florestais do Estado, os aspectos sociais e culturais não foram incluídos no trabalho. Assim, a formulação e a implementação de políticas excluiu a presença de seres humanos que coexistem com os sistemas vivos da floresta.

Como resultado dessa classificação, cerca de 33 mil comunidades vivem hoje dentro de chamadas áreas florestais do Estado. Isso é usado por empresas para culpar as comunidades, chamando-as de perturbadoras e destruidoras das florestas, o que, por sua vez, tornou-se um instrumento legítimo para expulsar povos da floresta de seus espaços.

Assim sendo, os conflitos com as comunidades florestais são simplificados com argumentos de necessidades econômicas e reduzindo sistemas vivos complexos simplesmente a “terra”. Essa simplificação direciona qualquer “resolução” a esforços de indenização e mediação.

Na verdade, esses tipos de “resoluções” desconsideram o justo direito das comunidades à memória intergeracional e à dependência cultural em relação às florestas. Além disso, a mídia enfraquece as comunidades ao considerá-las equivalentes a empresas durante os processos de mediação. No entanto, o reconhecimento da presença da empresa nos territórios das comunidades está essencialmente reafirmando as violações das leis consuetudinárias por parte do Estado e dessas empresas. Na realidade, quando um sistema ecológico é destruído, são as comunidades que têm que arcar com o pesado fardo da adaptação a mudanças ambientais extremas, bem como os custos.

Para este artigo, uso o exemplo de uma espécie que tem forte ligação com a cultura das comunidades indígenas na Indonésia. O exemplo ilustra como a devastação de vários sistemas biodiversos na floresta tem um impacto enorme na perda e na destruição da vida das comunidades.

O búfalo é uma espécie que depende de três fatores ambientais fundamentais; espaço aberto para vagar, uma

variedade de ervas para sua nutrição e a resiliência do seu corpo, e água limpa, livre de qualquer produto químico. Nos últimos dez anos, o número de búfalos diminuiu muito, chegando a um milhão de cabeças, devido à expansão do dendê (palma), da indústria da madeira e das plantações florestais industriais.

Sem sequer ser notada pelo governo indonésio, a expansão das plantações industriais nas terras das comunidades promoveu um declínio intenso da população de búfalos – um ativo local que, em termos econômicos, representava até 15 bilhões de rúpias (cerca de 1,5 bilhão de dólares), o que poderia financiar a educação de 1 milhão de crianças, bem como os custos de saúde. Isso também destruiu uma importante fonte de alimentos e causou danos colaterais aos sistemas agrícolas tradicionais.

É muito importante reconhecer e proteger os sistemas comunitários de manejo florestal. Eles não só protegem a continuidade das comunidades que vivem em diferentes territórios, mas também impedem que o povo e o Estado assumam o fardo quando ocorrem catástrofes ecológicas.

As decisões sobre as florestas na Indonésia ainda são mantidas em nível de instituições poderosas. Questões relacionadas a propriedade de territórios ou causas de desmatamento, como o modelo de produção e consumo, simplesmente não são mencionadas pelo governo. Essas questões são intencionalmente excluídas dos debates para evitar a imensa responsabilidade que o Estado e as empresas têm pelos crimes que cometeram.

Atualmente, a vida das comunidades tem se tornado cada vez mais difícil. O Estado as está forçando a viver em um sistema econômico baseado em commodities, no qual que o dinheiro que elas ganham não é suficiente para cobrir suas necessidades, principalmente após a perda de vários sistemas vivos que costumavam estar disponíveis na natureza. O Estado indonésio também tem que cobrir grandes custos, considerando os danos e os processos de reabilitação da floresta e suas funções, como gastos anuais para lidar com incêndios florestais e inundações.

Enquanto o pesado fardo dos crimes ambientais tem de ser assumido pelas comunidades, que precisam se adaptar continuamente às condições de deterioração ambiental, 27 Estados e 34 empresas envolvidas no processo de desmatamento global assinaram a Declaração de Nova York sobre como salvar as florestas do mundo, durante a Cúpula do Clima, que foi organizada pela ONU em setembro de 2014. A declaração tem como alvo 150 milhões de hectares para “restauração florestal” até o ano de 2020 e até 200 milhões de hectares até 2030. O compromisso é baseado no fato de que 1,6 bilhão de pessoas no mundo dependem de florestas, enquanto o desmatamento atinge 14 milhões de hectares por ano.

O compromisso de reduzir o desmatamento e promover a “restauração florestal” provavelmente não vai se tornar realidade. Esse compromisso assumido pelos governos e uma série de grupos empresariais relacionados à monocultura é, na verdade, apenas uma estratégia para encobrir seus verdadeiros crimes. Por exemplo, na Indonésia, um grupo de empresários assinou um compromisso de reduzir os índices de desmatamento. No entanto, eles acabaram fazendo um acordo com o governo, visando 1,1 milhões de hectares de florestas para plantações de dendê em 2015, e 5,9 milhões de hectares para plantações florestais industriais, dos 14 milhões de hectares que estão ameaçadas pelo desmatamento.

A Declaração de Nova York sobre as florestas não só esconde os autores da destruição das florestas tropicais indonésias dos olhos do público, mas também consegue propagar a próxima fase do negócio dos recursos naturais no país. Tendo sobrevivido sem punições por uma série de destruições ambientais causadas pela extração de dendê e de celulose e papel, agora os grandes grupos empresariais estão usando a questão das mudanças climáticas para fazer seus negócios. As concessões para ganhar dinheiro com a conservação da biodiversidade e carbono já atingiram 397.878 hectares em 2014, com a meta de 2,6 milhões de hectares.

Se o governo quisesse usar a cúpula para realmente enfrentar o desmatamento, grupos empresariais como APP, GAP, e WILMAR não deveriam ter sido admitidos no fórum. Desde 2013, suas concessões têm sido a razão da neblina na Indonésia, causada pelos incêndios. A nossa organização também descobriu uma tentativa de esconder o corte ilegal de madeira pela segunda camada da subsidiária da WILMAR, realizada pela PT.

Zenzi Suhadi, zenzi.walhi@gmail.com
WALHI, <http://www.walhi.or.id/en/#>

O mito do REDD+: Manejo Florestal Sustentável



Mito: o Manejo Florestal Sustentável irá reduzir as emissões florestais e trazer desenvolvimento sustentável.

As negociações sobre a mudança climática da ONU incluíram o conceito de "Manejo Florestal Sustentável" (MFS) nos acordos de 2010, em Cancún, no México, segundo um conceito chamado de REDD+: "Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, a conservação, manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono florestal nos países em desenvolvimento" (1). Sob o REDD+, o MFS é promovido como uma forma de redução das emissões. A realidade é que o MFS é o mito que permite que a exploração madeireira destrutiva e, muitas vezes, ilegal, continue impunemente.

Hoje em dia, todo mundo pratica "Manejo florestal sustentável". Até a empresa malaia Rimbunan Hijau, uma das indústrias madeireiras mais destrutivas do mundo (2), afirma, em seu site, praticar "manejo florestal sustentável" e "manter a Malásia verde" com seu "investimento em plantações de árvores" (3). As empresas continuam a insistir na ideia de que as plantações de monoculturas podem ser "sustentáveis". A Rimbunan Hijau chega a afirmar que está "plantando florestas". A própria ONU considera as plantações industriais de árvores como florestas. Dito de forma simples, isso é um erro flagrante, pois as plantações não são florestas. As florestas contêm diversas teias de vida e as plantações são nulas em biodiversidade e têm solos e cursos d'água poluídos, o que põe em risco os povos indígenas e aqueles que dependem das florestas, e agrava a mudança climática.

Como apontou Patrick Alley, da ONG Global Witness, em uma palestra recente, o "manejo florestal sustentável" é um "eufemismozinho sórdido" (4). A indústria madeireira conseguiu se apresentar como um empreendimento quase filantrópico, trazendo empregos e desenvolvimento. Alley explica: "Pode-se dividir o setor industrial madeireiro nos trópicos em duas categorias: o criminoso e o legítimo. O criminoso é criminoso, e o legítimo é a mesma coisa, mas com melhor estratégia de relações públicas".

A indústria madeireira tem tido muita ajuda para levar a cabo esse crime perfeito, como descreve Alley. O corte permanente nos trópicos vem sendo até incentivado com dinheiro dos contribuintes. Nos nove anos até junho de 2011, o Banco Mundial despejou 4,1 bilhões de dólares no setor florestal. Uma revisão de 2013, feita pelo Grupo de Avaliação Independente, constatou que, em geral, esses projetos não conseguiram lidar com a pobreza nem beneficiar as comunidades locais (5).

Previsivelmente, a administração do Banco rejeitou a crítica, e o dinheiro do Banco Mundial continua vindo (6). Em agosto de 2013, o Banco anunciou que estava distribuindo 31,83 milhões de dólares para o "manejo florestal sustentável" participativo no Laos (7). Este é um país que viu suas florestas serem devastadas pela exploração madeireira ilegal, a qual não dá sinais de que vá parar antes de a última floresta ter sido derrubada (8). No entanto, em vez de apoiar iniciativas para combater os criminosos que fazem a extração ilegal de madeira, o Banco Mundial está derramando ainda mais dinheiro no que é pouco mais do que lavagem verde para continuar cortando.

Um filme sobre o corte industrial de madeira na República Democrática do Congo, feito pela Global Witness, mostrou os impactos da exploração madeireira em escala industrial, com o apoio do Banco Mundial e de doadores internacionais (9). Repetidas vezes, as comunidades falaram sobre empresas exploradoras, danos a seus ecossistemas e modos de vida, falta de benefícios e aumento de conflitos e violência. É impossível não ver a contradição entre os programas de MFS que afirmam reduzir o desmatamento e a destruição social e ambiental causada pela indústria madeireira na República Democrática do Congo.

Pesquisas recentes realizadas por cientistas da Universidade de Lancaster revelam que o impacto do "corte seletivo" e de incêndios de superfície na Amazônia tem sido subestimado (10). A ONG Greenpeace chama o desmatamento na Amazônia de "Crise silenciosa", à medida que criminosos lavam a madeira ilegal e a transformam em legal, inclusive com documentação oficial (11). Os defensores do MFS argumentam que esta pode ser alcançada através da remoção de algumas árvores e deixando o resto da floresta "em pé". Mas, maiores áreas de floresta estão sendo afetadas. Isso tem enormes implicações para o REDD+, já que o MFS é uma das partes "mais" do REDD.

Além disso, outro estudo recente em Kalimantan Oriental mostrou não haver diferença nas emissões de carbono entre operações madeireiras certificadas pelo Conselho de Manejo Florestal (FSC, em inglês) e concessões madeireiras convencionais. Em 2009, o FSC formou um Grupo de Trabalho sobre Carbono Florestal, que produziu um "Quadro Estratégico para um Enfrentamento à Mudança climática pelo FSC", em novembro de 2012 (12). Um desses objetivos é que, "o FSC seja reconhecido pelos regimes de carbono florestal que têm credibilidade, a fim de facilitar e levar os participantes à certificação FSC". No entanto, o Conselho tem um histórico controverso (13) como resultado da certificação que concedeu a plantações de monoculturas de árvores e operações madeireiras destrutivas, e por não fiscalizar seus organismos de certificação.

Os professores Bradshaw e Laurence escreveram em 2011 um artigo intitulado "As florestas primárias são insubstituíveis para a sustentação da biodiversidade tropical", que foi publicado na revista Nature (14). Laurence escreveu no site ALERT que, "só a Indonésia tem pelo menos 35 milhões de hectares de floresta extraída seletivamente – uma área maior do que a Alemanha – e muito dessa floresta cortada está desprotegida e sendo desmatada para a agricultura" (15). Bradshaw também disse, em uma entrevista recente: "É loucura sequer considerar corte com 'emissão mais baixa', levando em conta que as florestas [onde se pratica extração de madeira], não importa a perturbação, nunca conseguem reter tanto carbono ou biodiversidade quanto as florestas primárias" (16).

Portanto, o MFS envolve a expansão e legitimidade da atividade madeireira s escala industrial em florestas tropicais.

Chris Lang, reddmonitor@googlemail.com
REDD-Monitor, <http://www.redd-monitor.org/>

- (1) Para mais informações sobre REDD+, consulte o site do REDD-Monitor: <http://www.redd-monitor.org>; e a seção sobre REDD no site do WRM: <http://wrm.org.uy/browse-by-subject/mercantilization-of-nature/redd/>
 - (2) <http://www.greenpeace.org/international/en/publications/reports/RH-30years-forest-plunder/>
 - (3) <http://www.rhg.com.my/business/agri/index.html>
 - (4) www.globalwitness.org/blog/how-the-logging-industry-tricked-us-into-financing-our-own-destruction/
 - (5) <http://www.redd-monitor.org/2013/01/31/ieg-report-world-banks-forestry-lending-has-not-reduced-poverty/>
 - (6) <http://www.redd-monitor.org/2013/02/05/world-bank-management-rejects-criticisms-of-industrial-logging/>
 - (7) <http://www.worldbank.org/en/news/press-release/2013/08/08/world-bank-supports-participatory-sustainable-forest-management-in-lao-pdr>
 - (8) <http://www.redd-monitor.org/2014/05/16/demand-for-luxury-furniture-in-china-pushes-siamese-rosewood-to-the-brink-of-extinction/>
 - (9) https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=qxn5jfgED1w
 - (10) <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/gcb.12627/full>
 - (11) <http://www.greenpeace.org/usa/en/campaigns/forests/Our-current-projects/amazon-rainforest/Logging-The-Amazons-Silent-Crisis-/>
 - (12) <https://ic.fsc.org/resource-center.489.htm>
 - (13) <http://fsc-watch.org>
 - (14) <http://www.nature.com/nature/journal/v478/n7369/full/nature10425.html>
 - (15) <http://alert-conservation.org/issues-research-highlights/2014/2/13/the-debate-about-forest-conservation>
 - (16) <http://news.mongabay.com/2014/0210-ril-carbon-emissions.html#jXSfjXqO2hgtUYcX.99>
-

Brasil: A luta do povo indígena tupinambá pelo território e pela conservação da mata



Há mais de 500 anos, o povo indígena tupinambá é massacrado e expulso do seu território no Sul do estado da Bahia. Mas, desde 2004, retomou o controle de parte do seu território, onde conserva a exuberante floresta de Mata Atlântica que chama de morada dos “encantados”. São os “encantados” que guiam as vidas dessas pessoas, suas lutas. Esse é um dos principais motivos dos tupinambás para conservar a mata, que, para eles, é sagrada, morada dos deuses e provedora da vida. Neste artigo, além de explicar como conservam a floresta, eles fazem uma crítica contundente à proposta do “manejo florestal sustentável” que promove a extração “seletiva” de madeira.

Uma luta incansável pelo território

Este relato é da comunidade da Serra do Padeiro, uma das comunidades tupinambás que vivem dentro do território indígena tupinambá entranhado na Mata Atlântica no estado da Bahia. Desde o século XVI, quando o Brasil foi colonizado pelos portugueses, e começou a passar por ciclos de exploração capitalista, esse território, por ser uma das áreas mais conservadas da região, é alvo de ataques de grandes latifundiários e, por isso, a história dos tupinambás na comunidade da Serra do Padeiro tem sido marcada por massacres e tentativas de expulsá-los do seu território. No entanto, sua história é, sobretudo, marcada pela forte resistência para conservar aquilo que há de mais sagrado para eles: as florestas que cobrem as serras da região e que garantem alimento e água em abundância, e um território bom para se viver. O Babau, o cacique da comunidade da Serra do Padeiro, resume isso dizendo que o território é “a mãe-terra, e ela é composta de tudo; a mãe-terra deixou o rio que é o leite que nos alimenta, nos dá de beber, a floresta, que é nosso teto e nosso banquete para nos alimentar”. Para os tupinambás, a conservação da mata, abundante especialmente nas serras, é essencial também porque a floresta é a morada para os “encantados” que orientam os tupinambás na sua caminhada de vida, ou, como diz o Babau: as matas “representam nossa fé, cultura, nossa religião”.

O processo de invasão e apropriação ilegal de suas terras conduzido pela elite dominante da região, com apoio do Estado, fez com que os tupinambás ficassem confinados em uma área muito pequena no início da década passada. Eles estavam assistindo à continuada extração de madeira e à caça intensiva promovidas pelos fazendeiros. Ver essa destruição da floresta e das nascentes foi um motivo fundamental para que os

tupinambás começassem a se organizar para um processo de retomadas a partir de 2004. Nessa ocasião, os fazendeiros foram expulsos e milhares de hectares de terras indígenas, recuperados. A luta fez com que o governo federal fosse pressionado para instalar um grupo técnico (GT) e identificar o território tradicionalmente ocupado pelos tupinambás. Os indígenas queriam 70 mil hectares de volta, mas a área definida pelo GT ficou em 47 mil hectares e se estende desde o litoral baiano até a Serra do Padeiro. Mas, em vez de demarcar e regularizar esse território já reduzido, o governo, sob a pressão dos fazendeiros, empresários e políticos influentes da região, investiu desde 2008 em um processo de intimidação e repressão, com invasões violentas e prisões arbitrárias realizadas na área dos tupinambás pela Polícia Federal, com apoio da Força Nacional de Segurança e do exército. Para “solucionar” o problema do conflito pela terra, o governo propõe um processo chamado “mesa de negociação”, pelo qual os tupinambás teriam que chegar a um acordo com outros interessados na região sobre o território a ser demarcado. Significa que seriam obrigados a abrir mão do seu direito sobre o território que é constitucionalmente garantido para atender a uma elite que sempre investiu no massacre e na eliminação do seu povo.

Contra o “manejo florestal sustentável” que promove a extração “seletiva” de madeira

A Mata Atlântica ainda abundante na região alimenta essa luta, e os tupinambás têm um cuidado especial com ela. Para eles, a mata é algo sagrado, uma “companheira” constante. Babau resume essa relação quando fala da luta pela retomada do território: “Somamos com a natureza e a natureza somou conosco”.

Desde que retomaram o território e a extração de madeira parou, eles notaram que a floresta e, portanto, as nascentes estão se recuperando, que as águas também voltaram a correr com mais força. Os tupinambás são contrários à extração de madeira. Babau explica: “O problema principal para tirar madeira numa área onde vivem os tupinambás é que, culturalmente, a gente depende da floresta para fazer vários rituais. E para a gente fazer nossos rituais, a floresta tem que estar intacta, tem que estar com toda sua cadeia de vida protegida, e no momento que os fazendeiros começaram a desmatar demais, as nascentes que a gente precisava começaram a sumir, as caças que a gente precisava estavam desaparecendo, os pássaros estavam sumindo (...) Como toda a nossa religiosidade é muito ligada à vida e à natureza, e a natureza é vida, então estava afetando diretamente todos nós, e a gente teve que imediatamente fazer as ações de defesa da nossa vida. Então, partimos a proteger a natureza, e aí nós conseguimos reabilitar nossa região de novo.”

Sobre a opção do “manejo florestal sustentável” que alguns grupos defendem como uma atividade capaz de conservar a floresta, Babau diz: “Não tem nada de sustentável. (...) se você tira uma árvore porque você precisa de uma casa, é uma necessidade, mas quando você tira centenas de árvores para suprir uma necessidade de uma sociedade, aí é outra coisa totalmente absurda, porque a natureza não vai conseguir devolver na mesma velocidade que essa sociedade vai tirar. E eles não podem esquecer que aquela natureza ali existe para proteger outras vidas. No momento que eles tiram as árvores, quantas vidas eles estão tirando de cima da terra? E eles [as madeiras] não choram, lamentam, porque não veem as mortes acontecendo. (...). Imaginem se os animais da floresta dizem 'bom, para fazer nossa moradia, nós vamos para a cidade destruir determinado prédio para trazer aqui para a floresta para fazer nossa casa'. Como é que aquela cidade ia ficar, ia sobreviver? Então, tirar casa dos animais, tirar o alimento dos pássaros, das caças, não tem nada de sustentável. Do tamanho que está a sociedade hoje tem que pensar outro mecanismo (...). As árvores maiores que existem na floresta, elas protegem as menores nas ações do vento, na posição do sol, etc. Quando você tira, você vai afetar. O vento vai passar mais veloz, o sol vai atingir mais o solo, você vai ressecar o solo naquele momento, a água vai desaparecer, tem uma série de coisas que se atrelam (...). Então eu sou contra o manejo florestal sustentável”.

Sobre os ciclos de extração de madeira “seletiva” de cerca de 15 anos em áreas sob o “manejo florestal sustentável”, com a promessa de que renascessem três ou quatro “filhos” dessa árvore adulta – o que garantiria a regeneração da floresta, Babau comenta: “Concordo com eles que tem três, quatro surgindo,

certo? Mas quantos anos vai demorar para aquela espécie botar os primeiros frutos para alimentar os pássaros, os primeiros animais que ali vivam em torno daquela planta adulta?”. E indaga: “Uma pessoa com fome vai aguentar 15 anos para comer? Não vai (...). Então, essa forma de pensamento não se condiz com quem quer a vida do planeta. Porque eles não estão tirando uma árvore. Nesse processo “seletivo”, eles estão tirando centenas de árvores. Então é uma trilha de alimentos dos animais da floresta que eles estão tirando, e aí afetou a cadeia alimentar e vai afetar toda aquela sociedade da floresta. Mas porque o homem acha que a sociedade é só dele e que a floresta não tem sua própria sociedade, aí se acha no direito de esmagar, dizendo que a natureza, por si só, se regenera. Nada disso, nada se regenera por si só. Há um contexto, tudo, para regeneração de qualquer coisa.”

Garantir madeira sem destruir a mata

A cultura agrícola mais importante e tradicional dos tupinambás é a mandioca para fazer farinha, aliás, de excelente qualidade. Constitui-se na fonte de renda mais importante da comunidade, ao lado do cacau sombreado que é cultivado debaixo das árvores. Além disso, eles plantam uma grande variedade de outros alimentos, inclusive frutas, que contribuem para a soberania alimentar da comunidade. As roças de mandioca e outros cultivos são feitas nas áreas de capoeira. Segundo os tupinambás, não é necessário utilizar a área de floresta para isso.

Mas para torrar a farinha, há uma demanda por lenha. Para suprir essa necessidade, plantaram espécies nativas que crescem rápido e servem bem para lenha, em uma área degradada próxima a uma das casas de farinha. Marluce, moradora da Serra do Padeiro, afirma: “Com três pedaços dele [a madeira do reflorestamento], torra um saco de farinha, até verde a gente queima ele”. Por isso, Célia, uma das professoras na comunidade que contribuem com a educação indígena, chama o reflorestamento de “bosque energético” e diz que também atende a outras demandas por madeira: “Este bosque energético serve também para fazer estaca, que é para cercar umas áreas, que é para criar gado, criar animais, porque pasto gasta muita estaca (...) se for para tirar da mata, demora muitos anos para crescer. Mas com este bosque energético, em poucos anos ele cresce, ele é ótimo para madeira, não dá praga e tem durabilidade. A gente fez essa experiência e deu certo”.

Segundo Célia e Marluce, as matas também têm um papel muito importante na vida das mulheres. Célia explica: “Por nossos rituais, principalmente, a gente tem muita identificação com a mata, até para os remédios, as ervas, os animais, a gente usa muita coisa da mata e ela precisa estar sempre intacta (...) para fazer determinados remédios”. Marluce complementa: “Nossa flora e fauna já foi muito depredado, até os nossos peixes eles [os fazendeiros] colocaram veneno na época, mas depois mudou (...) agora eles têm falta de água na cidade aqui pertinho, mas aqui nós temos água. Nossa preocupação é de preservar as nossas florestas e nossos animais (...) é uma fonte que um dia podemos precisar ou nossos netos, não é? Por isso, nós preservamos”.

O que é uma floresta para os tupinambás?

Para os tupinambás, a floresta é muito mais do que um conjunto de árvores conforme a definição defendida internacionalmente pela organização para alimentação e agricultura das Nações Unidas, a FAO. A definição da FAO atende aos interesses das empresas madeireiras que veem a floresta como um grande “depósito de madeira” a ser extraída apenas para gerar lucros. A definição da FAO interessa também a empresas que promovem a monocultura de eucalipto, definida pelo Babau como “monocultura da morte”.

Sobre como definir uma floresta para o povo tupinambá, Babau responde que: “A floresta, para nós, tupinambá, ela é a casa para proteger a vida. Lembra que nós, tupinambá, viviam neste país sem fazer casas de alvenaria? E quem é que garantiu nossa sobrevivência durante gerações aqui? Não foi a floresta? Ela não

foi nosso teto? E ela também não foi quem nos alimentou? Então, a floresta não é um conjunto de árvores. A floresta, ela se mantém uma sociedade ativa, de vida que depende dela. A casa dos pássaros são as folhas das árvores. Vários animais, de macacos, eles precisam dos gravatá para morar dentro, precisam dos ocas das árvores para morar dentro. A floresta, também, ela passa a ser o alimento para vários animais, até a própria madeira, quando apodrece e cai, e gera várias bactérias, gera vida que alimenta outros animais. Então colocar a floresta como um conjunto de árvores coloca o ser humano, no mínimo, como um ser atrasado em pensamento, de compreensão de vida”. E alerta: “Tirando a floresta, tira a vida da terra, e tirar a vida da terra ninguém sobrevive, porque aumenta os terremotos, os maremotos, os furacões. (...) Deixa eles fazer os manejos florestais, deixa eles mexer naquilo que não deve mexer, eles ainda não viram nada. (...) porque a natureza se vinga e o homem ainda não está preparado para sobreviver à fúria da natureza”.

Winnie Overbeek (email: winnie@wrm.org.uy)

Secretariado Internacional da WRM

Para apoiar a luta pela demarcação do território
do povo indígena tupinambá na Bahia, acesse
<http://campanhatupinamba.wordpress.com/>
e assina o abaixo-assinado

POVOS EM AÇÃO



Índia: Lutas contra siderúrgica da POSCO em Odisha devem continuar até que a empresa saia

No dia 20 de setembro de 2014, os moradores de Dhinkia tomaram a decisão unânime, em conselho local, de não usar suas terras de floresta para fins não florestais. Em um comunicado de imprensa do Posco Pratirodh Sangram Samiti (PPSS), eles denunciam que “no momento em que enfrentamos sofrimentos indescritíveis por causa da atitude pró-POSCO da administração e da polícia ... até mesmo os apoiadores e simpatizantes da nossa luta têm sido visados”. Eles acrescentam que essa ação visa “manter longe de nós essas pessoas e esses grupos, para que não desencadeiem mais repressão e atrocidades contra nós”. Camponeses de seis subdistritos do distrito de Jagatsinghpur protestaram diante do escritório arrecadador do distrito contra o desvio de água do Rio Hansua, da agricultura para a POSCO. Além disso, os moradores retomaram suas terras que foram ocupadas à força em 2011 pelo governo de Odisha e entregues à sul-coreana POSCO. Recentemente, a POSCO entrou com ações contra 32 pessoas. Apesar do aumento da violência e da repressão, em uma reunião pública recente, milhares de comunidades tribais, “prometeram tomar a água em suas mãos para proteger Khandadhar e a generosidade que a natureza teve para com ela de todo o tipo de invasão corporativa, até o último fôlego”. O comunicado de imprensa apelou a toda a sociedade civil para que amplie o apoio à sua longa luta.

Veja o comunicado de imprensa completo (em inglês) aqui:

<http://odishasuntimes.com/89640/fight-says-odisha-anti-posco-outfit/>

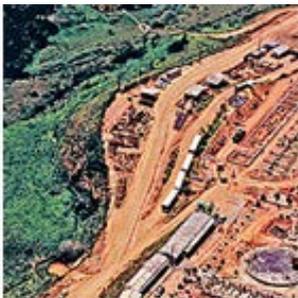


Malásia: Banco Asiático de Desenvolvimento instado a arquivar empréstimo para linhas de transmissão em Sarawak

Grupos ambientalistas e de direitos humanos da Malásia e de outros países estão exigindo que o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) interrompa uma proposta de emprestar até 45 milhões de dólares para a construção da “Trans-Borneu Power Grid” (linhas de transmissão) em Sarawak, na Malásia. Quarenta organizações questionaram o ADB por seu investimento na empresa Sarawak Energy Bhd, pois ela foi assolada por acusações de corrupção, denunciada por práticas irresponsáveis de gerenciamento de projetos e objeto de investigações por parte do Conselho da Ordem dos Advogados da Malásia e da Comissão de Direitos Humanos da Malásia, devido a cumplicidade na violação dos direitos constitucionais dos povos indígenas.

Veja a carta na íntegra (em inglês) aqui:

<http://www.internationalrivers.org/resources/8416>



Anglo-American no Brasil: mais um caso de audiências públicas que legitimam projetos corporativos destrutivos

Cada vez mais, em muitos países, o instrumento das “audiências públicas” serve para legitimar projetos empresariais com impactos negativos. O governo do estado de Minas Gerais concedeu, apesar de uma “audiência pública”, uma licença para a gigante da mineração Anglo-American operar o seu projeto Minas-Rio de produção de minério de ferro. Isso causou forte indignação entre as populações locais, que vêm sofrendo graves impactos causados pelas atividades da mina, e resistindo a eles. O imenso projeto inclui a extração do minério, bem como de um gasoduto de 525 km até um porto no estado do Rio de Janeiro. Um morador denunciou o “ato oficial” da audiência como uma “simulacro de democracia para conceder a Licença de Operação para a criminoso empresa mineradora”, e acusou a empresa de “promoção consciente e planejada do sofrimento social ... e do crime de racismo ambiental”.

Leia o artigo “Eu vi o horror e vos o acuso!”:

<http://racismoambiental.net.br/2014/10/eu-vi-o-horror-e-vos-acuso-por-andrea-zhuri-denuncia-forte-e-corajosa-que-precisa-ser-espalhada/>

Equador: Declaração do encontro de mulheres diante do extrativismo e da mudança climática

O grupo “Olhares críticos do território a partir do feminismo” participou da reunião com dinâmicas, mapeamentos do corpo e experiências compartilhadas entre as



mulheres das comunidades e mulheres e homens feministas urbanos, em Quito. A declaração denuncia que nós, mulheres, “além de defender a vida, a água, o território, olhamos pela saúde das famílias, pela soberania alimentar, pelos direitos e a defesa da Mãe Terra, confrontando o sistema capitalista que se expressa no extrativismo predatório e que é desigual, injusto, ignora as mulheres e prioriza a reprodução do capital em detrimento da reprodução da vida”.

Veja a declaração completa (em espanhol) aqui:

<http://territorioyfeminismos.org/2014/10/15/encuentro-de-mujeres-frente-al-extractivismo-y-al-cambio-climatico/>



Índia: apelo ao governo da Índia e às agências da ONU que trabalham com desenvolvimento, direitos e biodiversidade em comunidades florestais, para proteger os direitos indígenas

Em nome do “desenvolvimento”, o governo da Índia lançou vários processos que tiram ou diluem a proteção jurídica aos direitos das comunidades florestais e seu ambiente biodiverso. Entre eles, o reconhecimento dos direitos dos povos da floresta conquistado a duras penas na Lei de Direitos Florestais. Essa lei tem sido crucial no apoio às comunidades florestais que exigem controle sobre a terra de que dependem. A implementação da Lei de Direitos Florestais tem sido lenta e continuamente interrompida pelo Departamento Florestal e outras agências do governo indiano. Um apelo internacional visa impedir que os direitos das comunidades indígenas das florestas e seu ambiente biodiverso sejam atacados e destruídos pela expansão industrial.

Leia o apelo completo aqui (em inglês): http://adivasi-info.net/Appeal_to_India_&_UN_on_Forest_Communities.pdf.

RECOMENDADOS



Um pequeno passo, da exploração industrial de madeira ao “crime perfeito”, explica Patrick Alley, da ONG Global Witness

“Extração de madeira: uma das atividades mais corruptas e destrutivas deste planeta. Seu modelo de negócio depende da destruição dos lares de milhões de pessoas que estão entre as mais pobres do mundo, do desmantelamento dos sistemas de suporte à vida do planeta, de enganar países para roubá-los e canalizar o dinheiro a outros, e de convencer a todos nós de que isso é completamente normal e sustentável. O negócio de cortar a última floresta tropical... O grande mito é que a extração industrial de madeira nas florestas traz desenvolvimento sustentável, empregos e dinheiro para os países pobres. O problema é que ela não é sustentável e traz pouco ou nenhum desenvolvimento, mas tem carregado consigo um eufemismozinho

sórdido: manejo florestal sustentável... Para vender o mito, a indústria madeireira precisa que as pessoas o comprem.”

Assista ao vídeo completo (em inglês) aqui: www.globalwitness.org/blog/how-the-logging-industry-tricked-us-into-financing-our-own-destruction/



Dois anos de pesquisas sobre as relações comerciais da ONG WWF em todos os cantos do mundo revelam a verdadeira face do panda

O Silêncio dos pandas se tornou um best-seller alemão em 2012. Uma série de liminares e processos judiciais lançados pelo WWF atrasaram a publicação do relatório investigativo em inglês. A edição em inglês revista, rebatizada de Pandaleaks, foi publicada recentemente. O jornalista e cineasta Wilfried Huismann expõe como o WWF – a renomada marca global da conservação da natureza – faz lavagem verde em crimes ecológicos cometidos pelas grandes empresas. Entre os exemplos, estão empresas envolvidas na destruição das últimas florestas e habitats naturais da terra; e o WWF aceita o dinheiro delas. Esse modelo de negócios da famosa organização “eco” mais prejudica a natureza do que a protege.

Veja o link para artigos e vídeos (em inglês) em: <http://www.pandaleaks.org/book/>.

Além disso, leia este artigo (em espanhol): <http://www.lagranepoca.com/33319-pandaleaks-libro-lado-oscuro-wwf>



Peru: “A máquina de lavar: como a fraude e a corrupção no sistema de concessões estão destruindo o futuro das florestas do Peru”

Um relatório da Environmental Investigation Agency denuncia como mecanismos “formais” ou “legais” para extrair madeira estariam servindo no Peru para “lavar” a madeira de procedência controversa ou ilegal. Espécies como o mogno, por exemplo, são protegidas pela lei peruana, que estabelece que elas só podem ser exploradas em áreas sob concessão a determinadas empresas. No entanto, de acordo com a EIA, muitos se dedicam a cortar mogno e cedro em áreas sem concessão e, em seguida, vender de forma ilegal a empresas madeireiras formais, a quais, por sua vez, fazem com que passe como mogno e cedro de suas áreas de concessão – madeira que posteriormente é exportada.

Ver relatório em espanhol:

http://laundryingmachine.files.wordpress.com/2012/04/spanish_report_eia_final2.pdf

e em inglês: <http://eia-international.org/wp-content/uploads/The-Laundering-Machine.pdf>



Camarões: A maldição do óleo de dendê: poluição, desapropriações e concentração de terras

As populações das plantações de dendê (palma) da Société des Palmeraies du Cameroun (Socapalm) travam uma batalha total para fazer respeitar seus direitos violados impunemente. No entanto, a gigante agroindustrial da produção de óleo de dendê, controlada pelo Grupo Bolloré, estabeleceu grandes plantações no litoral, no centro e no sul do país. Com mais de dois mil habitantes, Mbonjo vive da agricultura de subsistência e da pesca em pequena escala. Às vezes, porém, a safra excedente é vendida em mercados próximos. Nos últimos anos, a população trabalhadora não consegue mais se dedicar a suas atividades agrícolas, e vive cada dia como se fosse o último. “Nós não temos espaço suficiente para a agricultura, porque somos vítimas de uma expropriação violenta da nossa terra. A Socapalm disse que não temos mais nada. Só estamos pedindo espaços”, disse Sua Majestade Martin Mbongo. Além disso, o grupo olloré é dono da SOCFIN, a empresa responsável pela destruição de aldeias e as violações dos direitos humanos na Nigéria.

Leia o artigo completo aqui (em francês):

<http://cameroonwebnews.com/2014/08/27/cameroun-mbonjo-la-malediction-de-lhuile-de-palme-enquete/#sthash.oIE54fCY.dpuf>

Leia a entrevista do WRM com um residente local da Nigéria, Sunny Ajele, explicando a quantidade de devastação e criminalização que a empresa trouxe para as vidas dessa população: <http://wrn.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/nigeria-okomu-oil-palm-company-destruindo-as-comunidades-para-expandir-o-dende/>



Indonésia: Wilmar continua a se envolver com fornecedores que desmatam o habitat do orangotango, florestas sobre turfeiras profundas e florestas com elevado teor de carbono

Apesar das sofisticadas campanhas de relações públicas da gigante asiática do agronegócio Wilmar, em que ela elogia sua própria política de “Desmatamento zero”, a empresa continua a comprar óleo de dendê (palma) de fornecedores que seguem desmatando vastas florestas e turfeiras. Os negócios da Wilmar fora do departamento de RP parecem ser muito pouco afetados por sua política de “Desmatamento Zero”.

Veja o relatório completo da Greenomics Indonésia aqui (em inglês):

[http://www.greenomics.org/docs/Wilmar%27s-suppliers_deforestation_\(LowRes\).pdf](http://www.greenomics.org/docs/Wilmar%27s-suppliers_deforestation_(LowRes).pdf)

“Uma oportunidade de mudança para as florestas congolezas”, vídeo produzido pela FERN

O vídeo mostra a luta das comunidades que dependem das florestas na República do Congo, e a de seus defensores, para reduzir os impactos do desmatamento e garantir seus direitos de manejo e controle sobre suas próprias florestas (em inglês):



<http://www.fern.org/hopeforcongo>